

# El Salvador e Nicarágua: dois lados da mesma moeda?

---

NATHÁLIA RABELO

*Quando examinamos a evolução política dos países latino-americanos, de pronto nos chama a atenção o legado histórico que lhes tolhe os progressos em direção a um regime democrático pleno e duradouro (Cintra, 2000).*

**A** América Latina herdou do Norte Global a ideia de que a democracia, em simbiose com o capitalismo, seria o sistema político ideal. O que foi um longo processo social e político nos países europeus, e até mesmo nos Estados Unidos, para desenvolver essa democracia liberal, foi apenas recebido e internalizado pelos países latino-americanos, que começaram a seguir um sistema que não lhes é originalmente próprio (Ranincheski; Castro, 2012).

A estabilidade política nos países latino-americanos tem como via de regra a sua exceção. As condições históricas da América Latina, com valores, culturas e necessidades diferentes daqueles que criaram o ideal democrático são alguns dos fatores para as diversas crises democráticas enfrentadas. Os casos de El Salvador e Nicarágua representam dois extremos na atual crise democrática latino-americana. Ainda sim, ambos os governos têm avançado na consolidação de regimes de repressão, censura e de esvaziamento das instituições democráticas. Neste sentido, esta análise pretende examinar como foi constituída a democracia nesses países, como ela se perdeu, quais suas diferenças e semelhanças e por fim, perspectivas para o futuro.

## Contexto histórico: El Salvador

No século XX, El Salvador foi regido por governos autoritários e militares por mais de 50 anos. Apesar de alguns momentos de abertura política, até a década de 1980, as principais peças do sistema político salvadorenho foram o Exército,

o partido oficial e eleições fraudulentas (Córdova; Turcios, 2006). Nesse contexto, foram criadas muitas organizações guerrilheiras de oposição ao governo e aos esquadrões da morte, que eram usados para aumentar a repressão.

Em 1979, o embate entre as organizações de oposição e o governo aumentaram consideravelmente, até o estopim da guerra civil, a morte do monsenhor Oscar Arnulfo Romero (1980), quando as organizações guerrilheiras se unificaram formando a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN). E o grupo de oposição político formou a Frente Democrática Revolucionária (FDR), ambas se aliaram pela reforma do governo (Morotti, 2015).

À época, o bloco liderado pela FMLN disputava o poder com o Partido Democrata Cristão (PDC), apoiado pelos Estados Unidos, e o partido Aliança Republicana Nacionalista (Arena). Durante a guerra, duas eleições presidenciais aconteceram no país, a primeira (1984) com vitória do PDC, e a segunda (1989) da Arena (Globo, 2021). No ano da eleição que o partido Arena foi vitorioso (1989), a ofensiva guerrilheira FMLN chegou à capital, fato importante para os atores perceberem que nem a FMLN teria condições de tomar o poder, nem seria aniquilada por seus inimigos, o que deixou claro que seria necessário uma via de solução política para o fim da guerra. Daquele ano até 1992, quando os Acordos de Paz de Chapultepec foram assinados, os blocos passaram por 23 reuniões de negociação, que incluíram a mediação das Nações Unidas na guerra (Morotti, 2015).

Os Acordos definiram reformas institucionais para promover a democracia, como da Corte Suprema de Justiça e do Tribunal Supremo Eleitoral, a redução do quantitativo e do papel na segurança nacional das Forças Armadas, a criação da Polícia Nacional Civil, a defesa dos Direitos Humanos, entre outros. Além disso, foi criada uma Comissão da Verdade, para investigar os atos violentos autoritários (ibid.) Com essas medidas, foram criadas condições democráticas para as eleições do pós-guerra.

A FMLN se converteu em um partido político, mas só chegou ao poder em 2009, após 20 anos de presidentes eleitos pelo partido Arena. Já em 2019, Nayib Bukele, um ex-prefeito de San Salvador pelo FMLN, foi eleito presidente pelo partido Grande Aliança pela Unidade Nacional (Gana), um partido de direita (Oliveira; Barreto, 2024).

## Nicarágua

O contexto histórico da Nicarágua também é marcado por governos autoritários e guerrilheiros revolucionários. Ainda no século XIX, José Santos Zelaya promove uma revolução de libertação nacional após décadas de ditadura, desafiando os interesses dos Estados Unidos. Como resposta, as forças militares dos EUA ocuparam a Nicarágua até a década de 1930, exercendo poderes políticos e econômicos ao apoiar governantes alinhados aos seus interesses (Memorial, [20]).

Augusto César Sandino, incomodado com as interferências americanas, lidera, entre a década de 1920 e 1930, um movimento guerrilheiro com sentimentos nacionalistas e anti-estadunidenses (ibid.). Sandino conseguiu combater a influência americana e logrou a retirada das tropas estrangeiras de seu país, tornando-se assim um símbolo para os guerrilheiros (Memorial, [20]).

Com a saída das tropas, Anastasio Somoza García, chefe da Guarda Nacional, ordenou o assassinato de Sandino (1934) e iniciou a ditadura dinástica dos Somoza. Somoza García governou por mais de 20 anos, estreitando laços com os Estados Unidos, politicamente e economicamente (ibid.). Em 1956, Somoza García é assassinado por um jovem guerrilheiro, e seu filho, Luis Somoza Debayle, toma seu lugar na presidência, e o caçula, "Tachito" Somoza Debayle, na Guarda Nacional (Lima; Ahumada, 2017).

Após o êxito da Revolução de Cuba (1959), nicaraguenses formaram a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), em homenagem a Augusto César Sandino, que logo se tornou uma organização político-militar com perfil anti-imperialista, que objetivava derrubar a ditadura Somoza por meio de guerra popular (ibid.). Em 1979, os sandinistas conseguiram derrubar os Somoza e estabelecer um governo revolucionário. Com forte campanha liderada por Ronald Reagan, os sandinistas passaram pela oposição dos "Contras", grupo guerrilheiro de direita, participantes da Guarda Nacional e financiado pelo governo americano. Em 1984, o líder sandinista Daniel Ortega foi eleito (Lima; Ahumada, 2017). Em 2006, Ortega foi reeleito e permanece no poder até hoje, com reeleições que se tornaram cada vez mais autocráticas em 2011, 2016 e 2021 (Dauer, 2024).

## A crise atual: El Salvador

A partir do contexto apresentado, é possível perceber como ambos os países passaram por décadas de governos autoritários, ditaduras militares e elites políticas combatidas por nacionais revolucionários. Após as revoluções, com interferências externas, ambos investiram em sistemas democráticos calcados na reforma de instituições, promoção de eleições e no bipartidarismo, no caso de El Salvador entre a FMLN e a Arena, e na Nicarágua entre a FSLN e os Partido Liberal Constitucionalista (PLC). Entretanto, sem uma busca concreta pela resolução dos problemas econômicos e sociais da população, o que levou ao retorno do autoritarismo.

Nesse sentido, a instabilidade democrática nesses países pode ser atribuída a diversos fatores. Entre eles, pode-se destacar o agravamento das desigualdades socioeconômicas, consequência também da redução da relevância da região no cenário global contemporâneo; o crescimento dos desequilíbrios internos, resultados de problemas estruturais profundos; e a recorrente crise de governabilidade, resultado da dificuldade dos governos democráticos em responder de forma eficaz às demandas econômicas e sociais (Moisés, 1994).

A relação entre os desafios enfrentados pelos governos latino-americanos após a transição democrática e a insatisfação da população com o regime democrático é discutida por Ronaldo Munck (1993) que, ao analisar diferentes países da América Latina, argumenta que tanto o fracasso econômico quanto a desinstitucionalização da democracia podem resultar no desgaste e morte das democracias emergentes na região. Embora a frustração com a ausência de avanços concretos nos períodos de transição e pós-transição não signifique, necessariamente, uma rejeição imediata ao sistema democrático, essa decepção pode intensificar sentimentos de apatia, alienação e desencanto em relação à política. Como consequência, tais sentimentos podem se tornar uma postura de aceitação ou indiferença diante de um possível retorno ao autoritarismo.

A ascensão de Bukele é um exemplo claro do explicitado por Munck. Bukele se apoiou numa imagem de outsider do eixo tradicional político de El Salvador. Ele se destacou como uma figura jovem, popular nas redes sociais por apresentar um discurso simples para a população, e por seus slogans contra a corrupção e a falta de segurança.

Em 2020, Bukele invadiu a Assembleia Nacional ao lado de militares e apoiadores para pressionar um empréstimo de mais de 100 milhões de dólares para a política de segurança. Em 2021, após o partido criado por ele (Nuevas Ideas) alcançar maioria do Congresso, enviou proposta que destituiu o Procurador-Geral da República e os ministros da Suprema Corte, controlando, assim, também, o judiciário do país e conseguindo aprovar a mudança na Constituição para possibilitar sua reeleição (Oliveira; Barreto, 2024).

Além dessas medidas, são constantes as denúncias de perseguição de adversários políticos e jornalistas. A exemplo, o El Faro, maior portal jornalístico do país e que denunciou que Bukele havia feito um pacto com as gangues para diminuir a taxa de homicídio, mudou sua sede para a Costa Rica a fim de evitar as campanhas de deslegitimação e ameaças feitas por Bukele e seus aliados (Schossler, 2023). Nesse cenário, emerge a perspectiva de lawfare, um conjunto de mecanismos jurídicos utilizados para fins de perseguição política, seja por destruição da imagem pública, inabilitação dos opositores, ou a retirada da autonomia dos poderes para contestar as decisões do governo e mudanças nas regras do jogo democrático (Marques; Oliveira, 2023)

Com uma estratégia populista e uma forte presença nas redes sociais, Nayib Bukele conquistou amplo apoio da população, especialmente por suas políticas de segurança que reduziram drasticamente a criminalidade no país. Em 2015, El Salvador figurava entre os países mais violentos da América Latina, registrando mais de 100 homicídios para cada 100 mil habitantes (Oliveira; Barreto, 2024). Em 2022, Bukele decretou um regime de exceção que ampliou os poderes das forças de segurança, permitindo prisões sem mandado judicial e restringindo liberdades individuais. Em apenas um ano, a taxa de homicídios caiu para 2,4 por 100 mil habitantes (ibid.).

Segundo a ONG Socorro Jurídico Humanitário, entre março de 2022 e março de 2024, aproximadamente 26 mil pessoas foram encarceradas injustamente, enquanto 241 morreram dentro das prisões do país. Estima-se que cerca de 70 mil pessoas tenham sido presas nesse período, o equivalente a mais de 1% da população de El Salvador (Oliveira; Barreto, 2024). Segundo a Human Rights Watch (HRW), a maioria dos detidos são homens jovens e de baixa renda, submetidos a condições desumanas que violam direitos fundamentais. Há relatos de torturas, detenções arbitrárias motivadas por perseguição política contra opositores, restrições de

direitos constitucionais, ocultação de informações oficiais, além de contratos e compras sem licitação pelo governo (Schossler, 2023).

A ascensão do chamado “método Bukele”, caracterizado pelo uso de mega-prisões e políticas de segurança de tolerância zero, levanta questionamentos sobre sua legitimidade e os impactos desse modelo na América Latina. O sucesso na redução da criminalidade, ainda que incontestável, ocorre à custa de severas violações de direitos fundamentais, o que gera debates sobre os limites entre eficácia governamental e autoritarismo.

## Nicarágua

Já na Nicarágua, Daniel Ortega se mantém no poder desde 2007 através do uso da lei e o enfraquecimento das instituições e dos processos democráticos, usando também a perspectiva do lawfare. No primeiro mandato, ele retirou os impeditivos para reeleição e ganhou as três eleições desde então, com denúncias de fraude eleitoral, cerceamento da oposição política e repressão contra os protestos da população, além de caracterizar sua gestão pela perseguição à Igreja Católica (Matravalgyi, 2024).

Em seu primeiro mandato, Ortega desenvolveu o crescimento econômico em consonância com projetos de combate à pobreza (Teixeira; Dias; Pires, 2021). Já no segundo mandato, Ortega foi progressivamente adquirindo controle dos âmbitos estatais eleitoral, judicial e legislativo, além das Forças Armadas, organizações sociais e imprensa (ibid.). No terceiro mandato, Ortega apresentou sua esposa, Rosario Murillo, como candidata à vice-presidência, demonstrando sua intenção de que o poder estatal permanecesse na família caso ele não pudesse mais governar (ibid).

Apesar de um aumento na qualidade de vida da população, as manipulações dos poderes públicos, as modificações na Constituição, e as medidas para que não houvesse opositores nas eleições geraram muitas manifestações no país (Teixeira; Dias; Pires, 2021). Durante essas manifestações, a população sofreu graves violações de direitos humanos, com forte repressão e violência estatal e paramilitar (ibid). As constantes violações pioraram a instabilidade do país, afetando especialmente o comércio e o turismo, além do distanciamento do bem-estar social

e o desmonte dos direitos democráticos.

Entre as violações, é possível citar, além da violência e tortura contra manifestantes, as restrições impostas à mídia, universidades cristãs fechadas, perseguição, prisão e exílio de representantes religiosos, maus tratos aos presos e ataques aos povos indígenas (Chade, 2024). No fim de 2024, Ortega apresentou uma proposta à Assembleia Nacional, amplamente controlada pela FSLN, que tornaria sua esposa uma “co-presidente” e juntos, passariam a ser coordenadores dos 3 poderes, que pela Constituição são independentes. A proposta incluía também destituir funcionários públicos que “discordem dos princípios fundamentais do regime”, limitando ainda mais a liberdade de expressão (BBC, 2024).

## Considerações Finais

Diante do exposto, observa-se que o enfraquecimento institucional e a manipulação da legislação para restringir processos democráticos constituem elementos comuns às gestões de Nayib Bukele e Daniel Ortega. Apesar das diferenças ideológicas – com Bukele representando uma direita populista e Ortega-Murillo consolidando um regime autocrático de esquerda –, ambos os governos compartilham estratégias que resultam na centralização do poder, no esvaziamento das instituições democráticas, na restrição das liberdades individuais e da imprensa, e na perseguição sistemática a opositores. Sendo interessante destacar que não há um “lado” político próprio ao extremismo e autoritarismo.

Em El Salvador, o legado de décadas de conflito armado em busca do fim dos governos autoritários pavimentou o caminho para a transição política, entretanto, não foi capaz de resolver as desigualdades socioeconômicas e outros desequilíbrios. Essa incapacidade ou mau grado de avançar as questões econômicas e sociais da população abriu espaço para o discurso populista “outsider” de Bukele, que progride a eficácia governamental no âmbito da segurança às custas da violação de direitos fundamentais e erosão dos mecanismos democráticos.

Já na Nicarágua, a histórica luta contra ditaduras externas criaram um cenário de mudança governamental, entretanto, a trajetória de Ortega demonstra um poder cada vez mais centralizado e repressivo. O uso das práticas

de lawfare, repressão de protestos e de opositores políticos e a violação dos direitos humanos agravam a instabilidade democrática do país.

Diante desse contexto, é essencial questionar até que ponto a fragilidade da governança democrática em El Salvador e na Nicarágua está ligada à persistência das elites oligárquicas, à forma como a transição política foi conduzida ou à própria incompatibilidade do modelo democrático adotado sem considerar as especificidades históricas, econômicas e socioculturais da região. Se a democracia liberal foi um sistema importado, sem um processo de construção orgânica nos países latino-americanos, quais devem ser os esforços para criar um modelo democrático mais adequado às realidades locais, capaz de garantir maior estabilidade e inclusão política?

# Referências

---

BBC News Brasil. A proposta de Ortega para mudar Constituição e ganhar poderes absolutos na Nicarágua. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c5ymezzrj85o>. Acesso em: 10 fev. 2025.

CHADE, J. Governo Ortega é denunciado na ONU por tortura, estupro e repressão... - **UOL**. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2024/09/03/onu-acusa-governo-ortega-por-tortura-estupro-e-incremento-de-repressao.htm>. Acesso em: 10 fev. 2025.

CINTRA, A. Democracia na América Latina. **Câmara dos Deputados**. 2002.

CÓRDOVA, Ricardo; TURCIOS, Roberto. El Salvador. **Enciclopédia Latinoamericana**. 2006. Disponível em: <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/e/el-salvador>. Acesso em: 10 fev. 2025.

DAUER, Letícia. Nicarágua: como um herói nacional virou líder de uma das piores autocracias eleitorais do mundo. **GI**. 2024. Disponível em: <https://gi.globo.com/mundo/noticia/2024/08/09/nicaragua-ortega-autocracia.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2025.

GLOBO. Memória Globo: Guerra Civil em El Salvador. **Globo**. 2021. Disponível em: [https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/guerra-civil-em-el-salvador/noticia/guerra-civil-em-el-salvador.ghtml#ancora\\_5](https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/guerra-civil-em-el-salvador/noticia/guerra-civil-em-el-salvador.ghtml#ancora_5). Acesso em: 10 fev. 2025.

LIMA, G. AHUMADA, M. A Revolução Sandinista. **UFRGS**. 2017. Disponível em: [https://www.seer.ufrgs.br/Revista\\_Perspectiva/article/viewFile/80170/47836](https://www.seer.ufrgs.br/Revista_Perspectiva/article/viewFile/80170/47836). Acesso em: 10 fev. 2025.

MARQUES, R. OLIVEIRA, A. As práticas de lawfare na América Central: os casos de Nicarágua e de El Salvador. **Interação, UFSM**. 2023. Disponível em: <https://accord.cpd.ufsm.br/interacao/article/view/75279/61777>. Acesso em: 10 fev. 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/2357797575279>

MATRAVOLGYI, E. Vinda da esquerda, Daniel Ortega tem histórico de terror político e perseguição na Nicarágua. **CNN Brasil**. 2024. Disponível em: [https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/vindo-da-esquerda-daniel-ortega-tem-historico-de-terror-politico-e-perseguido-na-nicaragua/#goog\\_rewarded](https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/vindo-da-esquerda-daniel-ortega-tem-historico-de-terror-politico-e-perseguido-na-nicaragua/#goog_rewarded). Acesso em: 10 fev. 2025.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Nicarágua. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/america-latina/7>. Acesso em: 10 fev. 2025.

## Referências

---

MOISÉS, José Álvaro. Os brasileiros e a democracia: bases sóciopolíticas da legitimidade democrática no Brasil. **Universidade de São Paulo**. 1994.

MOROTTI, F. El Salvador. **Enciclopédia Latinoamericana**. 2015. Disponível em: <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/e/el-salvador>. Acesso em: 10 fev. 2025.

MUNCK, Ronaldo. After transition: democratic disenchantment in Latin America. **European Review of Latin America and Caribbean Studies**, n.55, dez. 1993.

OLIVEIRA, I. BARRETO, J. O “fenômeno” Nayib Bukele. **Babel USP**. 2024. Disponível em: <https://babel.webhostusp.sti.usp.br/?p=1155>. Acesso em: 10 fev. 2025.

RANINCHESKI, S. CASTRO, H. Democracia, crenças e cultura política a América Latina: da naturalização à construção dos conceitos, uma comparação. **Pensamento Plural**. 2012.

SCHOSSLER, A. A ascensão de Nayib Bukele, o presidente de El Salvador. **DW**. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/a-ascens%C3%A3o-de-nayib-bukele-o-presidente-de-el-salvador/a-65553555>. Acesso em: 10 fev. 2025.

TEIXEIRA, B., DIAS, M., PIRES, N. Nicarágua em crise: governo de Daniel Ortega (2007–2021) e o desmantelamento democrático. **Conversas e Controvérsias, PUC-RS**. 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/conversasecontroversias/article/view/40016/27099>. Acesso em: 10 fev. 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/2178-5694.2021.2.40016>.